

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO NO CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA
MILITAR - CSPM DA BRIGADA MILITAR

SPI nº 008123-12.03/11-6

EDITAL DA/DRESA nº CSPM 02-2011/2012
(Carreira de Nível Superior)

O Diretor Administrativo e o Chefe da Divisão de Recrutamento, Seleção e Acompanhamento da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no uso das suas atribuições legais, juntamente com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH, **retifica o EDITAL DA/DRESA nº CSPM 01-2011/2012 (Carreira de Nível Superior)** para o Concurso Público de provas e títulos para ingresso no CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA MILITAR que dá acesso a Carreira de Militares Estaduais de Nível Superior da Brigada Militar, publicado no Diário Oficial nº 250 de 29 de Dezembro de 2011, conforme segue:

1. Retifica o subitem 8.1.3 - 2ª Etapa – Prova Discursiva

1.1 A este subitem, além do 8.1.3.1, acrescenta-se os seguintes subitens:

8.1.3.2 Cada uma das questões da Prova Discursiva valerá 10,0 (dez) pontos;

8.1.3.3 A Prova Discursiva, assim como a Prova Objetiva, será realizada sem consulta;

8.1.3.4 As Provas Discursivas serão codificadas, com números idênticos na parte superior da Folha de Respostas e na parte destacável por picote, em que o candidato, ao receber o impresso, lançará o seu nome e o número de sua inscrição e sua assinatura. Exceto na parte destacável, é vedado ao candidato escrever seu nome, número de inscrição ou apor qualquer outro sinal que possa identificá-lo na Folha de Respostas, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação do Concurso;

8.1.3.5 Na redação das Provas Discursivas o candidato deverá usar caneta esferográfica com tinta azul ou preta de ponta grossa. O rascunho da Prova Discursiva poderá ser feito com lápis;

8.1.3.6 Somente serão corrigidas as Provas Discursivas dos candidatos que tiverem atendido **ao subitem 8.1.6.1 do Edital DA-DRESA nº CSPM 01 – 2011/2012;**

8.1.3.7 Para garantir o sigilo da correção as Provas Discursivas estas serão previamente desidentificadas, seguindo-se, critérios próprios de segurança e inviolabilidade utilizados pela FDRH. Depois de corrigidas as mesmas voltarão a ser identificadas. Estes procedimentos serão realizados em sessões públicas divulgadas através de edital próprio, conforme previsto no subitem 8.1.3.6 deste Edital;

8.1.3.8 Para a realização da Prova Discursiva os candidatos devem atender aos itens do **subitem 8.1.5 do Edital DA-DRESA nº CSPM 01 – 2011/2012**, exceto os que se referem exclusivamente à questões das Provas Objetivas;

8.1.3.9 A contar da publicação das notas da Prova Discursiva, o candidato terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para requerer vistas as Provas e interpor recurso, devendo este ser encaminhado segundo o **Edital DA-DRESA nº CSPM 01 – 2011/2012** e informações complementares em edital próprio;

2. Retifica o 8.1.6.7.1.2.2 Comprovante de Cursos de especialização (mínimo de 360 horas)

2.1 O subitem 8.1.6.7.1.2.2 é retificado no que se refere a forma de comprovação de Cursos de especialização que passa a ter a seguinte redação: “ Através de cópia do certificado expedido pela instituição de ensino que realizou o curso, acompanhado do Histórico escolar, contendo assinatura do responsável. **Caso o candidato ainda não possua o Certificado, poderá apresentar documento da instituição de ensino superior, no qual conste expressamente que concluiu todos os requisitos para a obtenção do Certificado, contendo também, a data de início e de término do curso (abrangendo todas as suas fases), a carga horária, o conteúdo desenvolvido e a assinatura do responsável”.**

3. Retifica itens e subitens da Prova Oral

3.1 Retifica-se o item 8.5 em sua denominação, visto que a Fase da Prova Oral corresponde a 5ª Fase e não a 6ª Fase como constou, ficando com a seguinte redação:

“8.5 Da 5ª Fase – Prova Oral”

3.2 Retifica-se o subitem 8.5.1 no que se ao caráter da Prova Oral, a qual passa a ser somente eliminatório, passando este subitem a ter a seguinte redação:

“8.5.1 A Prova Oral de caráter eliminatório constará das seguintes áreas temáticas:

8.5.1.1 Direito Constitucional

8.5.1.2 Direito Processual Penal

8.5.1.3 Direito Processual Penal Militar ”

3.3 Retifica-se o subitem 8.5.2 em sua íntegra, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“8.5.2 Cada candidato sorteará uma das áreas temáticas do Direito, relacionadas no subitem 8.5.1. Havendo o conhecimento da área sorteada procederá ao sorteio do conteúdo que versará a Prova Oral, o qual encontra-se descrito no Anexo “IV”– Retificado, deste Edital. Cada candidato terá, no máximo, 20 (vinte) minutos para a realização da Prova Oral estando compreendido neste tempo a arguição realizada pela Banca Examinadora e sua resposta.”

3.4 Retifica-se o item 8.5.3 da Bibliografia, passando a ter a seguinte redação:

“8.5.3 O programa e a bibliografia da Prova Oral encontram-se no Anexo “IV”- Retificado, deste Edital.”

3.5 Retifica-se, incluindo no item 8.5 os subitens a seguir:

“8.5.4 A data do sorteio será divulgada através de edital e será realizada em recinto aberto ao público.

8.5.5 A data da 5ª Fase - Prova Oral será divulgada através de edital e será realizada em recinto aberto ao público, em qualquer dia da semana (inclusive sábados, domingos e feriados), vedada a presença dos candidatos ainda não examinados.

8.5.6 A FDRH, após o sorteio da Área e do Conteúdo realizados pelos candidatos, organizará a planilha com a distribuição do dia e hora da Prova Oral. O candidato deverá realizar sua Prova Oral no dia e hora estabelecido nesta planilha, ficando excluído do Concurso aquele que não realizar a Prova Oral conforme critérios estabelecidos em edital.

8.5.7 A Prova Oral será registrada por meio de gravação de áudio ou por qualquer outro meio que possibilite a sua posterior reprodução.

8.5.8 A Prova Oral será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos. Os candidatos que não atingirem a nota mínima estarão automaticamente eliminados deste Concurso.

8.5.9 As notas obtidas pelos candidatos nesta prova não serão consideradas para fins de aprovação, portanto esta nota não fará parte da nota final do candidato para fins de classificação.

8.5.10 A contar da publicação das notas da Prova Oral, o candidato terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para solicitar o áudio da Prova e encaminhar o recurso. O período e modo de encaminhamento do recurso deverão seguir ao estabelecido no item 9 do Edital DA/DRESA nº CSPM 01 – 2011/2012, neste Edital e de outras informações contidas em edital próprio.

4. Retificação do item 9 Da publicação dos resultados e do prazo para recursos

4.1 Retifica-se o subitem 9.2.3 que passa a ter a seguinte redação: “ Dos resultados da 2ª Fase – Exame de Saúde e da 3ª Fase – Exame Físico, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação dos respectivos Editais com os resultados. Os recursos referentes aos resultados da 2ª Etapa - Provas Discursivas da 1ª Fase – Exame Intelectual deverão ser encaminhados no previsto no subitem 8.1.3.9 deste Edital.”

4.2 Retifica-se o subitem 9.2.5 que passa a ter a seguinte redação: “ Da 5ª Fase – Prova Oral, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente a publicação do edital com o resultado.”

5. Retificação do Anexo “I” da 1ª Fase – Exame Intelectual.

5.1 Retifica-se na íntegra o Anexo “I” do EDITAL DA/DRESA nº CSPM 01-2011/2012 (Carreira de Nível Superior) , o qual passa a ser o Anexo “I” – Retificado constante neste Edital.

6. Retificação do Anexo “IV” da 5ª Fase – Prova Oral

6.1 Retifica-se na íntegra o Anexo “IV” do EDITAL DA/DRESA nº CSPM 01-2011/2012 (Carreira de Nível Superior) , o qual passa a ser o Anexo “IV” – Retificado constante neste Edital.

7. Outras informações

7.1. Permanecem inalteradas as demais disposições do **EDITAL DA/DRESA nº CSPM 01-2011/2012 (Carreira de Nível Superior)** de Abertura das Inscrições.

2.2. Este Edital está igualmente à disposição dos interessados nos seguintes locais:

- na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH – Av. Praia de Belas, nº 1595 – Porto Alegre, RS;
- no Departamento Administrativo da Brigada Militar - Divisão de Recrutamento Seleção e Acompanhamento (**DRESA**), rua dos Andradas, 482, Bairro Centro, Porto Alegre, RS, CEP 90020-002;
- Nos quartéis da Brigada Militar;
- Na INTERNET, pelos sites www.fdrh.rs.gov.br e www.brigadamilitar.rs.gov.br.

Porto Alegre, RS, 25 de janeiro de 2012.

EDUARDO PASSOS MEREB – Coronel QOEM
Diretor Administrativo da Brigada Militar

LUIZ EDUARDO RIBEIRO LOPES – Major QOEM
Chefe Interino da DRESA

ANEXO “I” - Retificado**EXAME INTELECTUAL****1. PROVA OBJETIVA****PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS****LÍNGUA PORTUGUESA**

As questões de Língua Portuguesa versarão sobre o programa a seguir. Ainda que a prova seja totalmente redigida na ortografia oficial da Língua Portuguesa, não serão elaboradas questões que envolvam o conteúdo relativo ao Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto n.º 6.583, de 29/09/2008 (sobretudo as mudanças nas regras de acentuação e no uso do hífen).

Programa

- 1) Interpretação de texto. Organização textual: relação entre ideias e parágrafos. Identificação de informações literais, de inferências e do ponto de vista do autor. Elementos de coesão textual. Significado de palavras e expressões nos contextos em que ocorrem.
- 2) Sintaxe. Relações de coordenação e subordinação. Equivalência de estruturas, incluindo vozes verbais. Regência verbal e nominal. Crase. Concordância nominal e verbal. Emprego e significado de nexos. Emprego de sinais de pontuação: ponto final, dois-pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, aspas, parênteses e travessão.
- 3) Morfologia. Estrutura e formação de palavras. Classes de palavras – aspectos morfológicos e emprego. Valores de prefixos, radicais e sufixos. Famílias etimológicas. Uso de tempos verbais dos modos Indicativo e Subjuntivo, de pronomes, de artigos e de nexos. Flexões de tempo, modo, número, pessoa e gênero.
- 4) Aspectos fonéticos e gráficos: ortografia oficial; acentuação gráfica – regras e aplicação. Relação entre fonemas e grafias: encontros consonantais e vocálicos; dígrafos.

Bibliografia

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- PROENÇA FILHO, Domício. **Guia Prático da ortografia da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DIREITO PENAL**Programa**

- 1) Garantias penais fundamentais da Constituição;
- 2) Da aplicação da lei penal;
- 3) Do crime (teoria geral);
- 4) Da imputabilidade penal;
- 5) Do concurso de pessoas;
- 6) Das penas:

- a. Das espécies de pena;
- b. Da cominação das penas;
- c. Da aplicação da pena;
- d. Da execução da pena - Lei nº 7.210/84;
- 7) Da suspensão condicional da pena;
- 8) Do livramento condicional;
- 9) Dos efeitos da condenação;
- 10) Da reabilitação.
- 11) Das medidas de segurança.
- 12) Da ação penal.
- 13) Da extinção da punibilidade.
- 14) Crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154).
- 15) Crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183).
- 16) Crimes contra a propriedade imaterial (arts. 184 a 196).
- 17) Crimes contra a organização do trabalho (arts. 197 a 207).
- 18) Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 208 a 212).
- 19) Crimes contra a dignidade sexual (art. 213 à 234-c)
- 20) Crimes contra a família (arts. 235 a 249).
- 21) Crimes contra a incolumidade pública (arts. 250 a 285).
- 22) Crimes contra a paz pública (arts. 286 a 288).
- 23) Crimes contra a fé pública (arts. 289 a 311).
- 24) Crimes contra a administração pública (arts. 312 a 359).
- 25) Crimes de abuso de autoridade – Leis nº 4.898 e 5.249/67.
- 26) Crimes previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)
- 27) Crimes hediondos - Lei nº 8.072/90.
- 28) Contravenções penais - Decreto-Lei nº 3.688/41.
- 29) Contra a ordem econômica, tributária e relações de consumo - Leis nº 8.137/90 e 8.176/91.
- 30) Crimes contra a Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - artigos 228 a 244-B)
- 31) Contravenções sobre as loterias - Decreto - Lei nº 6.259/44.
- 32) Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/97).
- 33) Lei nº 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento
- 34) Lei nº 9.503/97 – cap. XIX (Código de Trânsito Brasileiro).
- 35) Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06)

Bibliografia

- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1, 2, 3 e 4**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. São Paulo: Saraiva.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl & PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**. Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2011

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Programa

- 1) Da norma processual penal: conceito e conteúdo; espécie, fontes.
- 2) Processo e procedimento: relação processual; sujeitos processuais (juiz, partes, réu ou acusado, ofendido, Ministério Público, assistente).

- 3) Da polícia judiciária: funções, inquérito policial, autoridades policiais e seus agentes, desenvolvimento do Inquérito policial.
- 4) Da ação penal: conceituação, classificação penal, condições, decadência, prescrição, preclusão, renúncia, perda e perempção; da ação penal pública; da ação penal privada; da ação penal subsidiária da pública; da extinção da ação penal.
- 5) Da competência.
- 6) Da restituição das coisas apreendidas.
- 7) Das medidas assecuratórias.
- 8) Do incidente de insanidade mental do acusado.
- 9) Da citação, notificação e intimação.
- 10) Da prova: conceito, finalidade e obrigatoriedade; do exame de corpo de delito e perícias em geral; do interrogatório do acusado e da confissão; do ofendido; da testemunha; do reconhecimento; da acareação; dos documentos; da busca e apreensão.
- 11) Da prisão: conceituação; ordem escrita e seus requisitos; local de prisão e perseguição; prisão especial; prisão em flagrante delito; prisão preventiva.
- 12) Da liberdade provisória, com ou sem fiança.
- 13) Da sentença.
- 14) Do processo de competência do júri.
- 15) Do processo sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
- 16) Do "habeas corpus".
- 17) Da legislação especial: do abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65); Lei de Drogas, Lei nº 11.343/2006; da prisão temporária (Lei nº 7.960/89); Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95); Lei nº 9.299/96; Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97 - cap.XIX).
- 18) Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)
- 19) "Código de Processo Penal" (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - e suas alterações posteriores, em especial às leis 11.689/08; 11.690/08; 11.719/08; 11.900/09 e 12.403/11).

Bibliografia

- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- DUCLERC, Elmir. **Direito Processual Penal** – 3. ed. - Atualizado Conforme a Lei nº 12.403/2011. . Lumen Juris, 2011.
- LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. Lumen Juris 2011. vols. 1 e 2
- LOPES JÚNIOR, Aury. **Novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares**. Lumen Júris, 2011.
- RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. ed. rev., ampl e atual. Lumen Júris, 2011.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2011. Vols. 1;2;3 e 4.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Programa

- 1) Direito Constitucional: Conceito, objeto. Constituição: Conceito, classificação das constituições: quanto à origem e quanto ao processo de reforma; objeto e conteúdo das constituições, elementos das constituições. Vigência, legitimidade e eficácia. Supremacia material e supremacia formal. O Princípio da hierarquia das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Poder constituinte. O poder estatal e o poder constituinte. Espécies: poder originário e derivado. Controle de constitucionalidade das leis e das omissões legislativas.

- 2) Constituição de República Federativa do Brasil: Princípios fundamentais e normas. República Federativa do Brasil, Poder e Divisão de poderes, Estado Democrático de Direito, Regime Político, Democracia. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Repartição de competências legislativas e executivas. Organização do Estado: União, Estados, Municípios: Intervenção. Administração Pública: Servidores Públicos. Organização dos poderes: Poder legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Deputados e Senadores: Comissões. Processo legislativo: emenda à Constituição, leis. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária, Poder Executivo: Presidente e Vice-Presidente da República: atribuições, responsabilidade. Ministros de Estado. Poder judiciário: órgãos, garantias e competências. Funções essenciais à justiça: Ministério Público. Advocacia e Defensoria Pública. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. Direitos humanos fundamentais. Noção de direitos humanos, origem e evolução. A constitucionalização do direito internacional dos direitos humanos. Direitos individuais, políticos, econômicos e sociais, direito de solidariedade. Nacionalidade e cidadania. Intervenções. Governo representativo. Sistema presidencial e parlamentar.
- 3) Constituição do Estado do Rio Grande do Sul: Princípios Fundamentais. Organização Do Estado: Municípios: Intervenção, Região metropolitana, aglomerações urbanas e microrregiões. Administração Pública: Servidores Públicos. Organização dos Poderes: poder legislativo: atribuições da Assembléia Legislativa, Deputados, Comissões. Processo legislativo: emenda à Constituição, leis, iniciativa popular. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária, Poder Executivo: Governador e Vice-Governador: atribuições, responsabilidades, secretários de Estado: atribuições. Demais disposições relacionadas a cada um dos itens abaixo.
- 4) Remédios Constitucionais: Direito de petição, direito de certidões, “habeas corpus”, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, ação popular “habeas data” e “habeas corpus”. A Lei n.º 12.016/2009. Liminares e legislação extravagante.
- 5) Súmulas do Supremo Tribunal Federal.
- 6) Controle de constitucionalidade: Difuso e concentrado. Inconstitucionalidades. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

Bibliografia

- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros. 2011.
- CARNEIRO, Cláudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 37. ed. São Paulo: Saraiva. 2011.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SILVA, José Affonso da Silva. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros editores. 2011.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Programa

- 1) Direito Administrativo: conceito, princípios. Fontes. Interpretação. Sistema de Direito Administrativo.
- 2) Administração pública: Decreto Lei 200/1967. Da administração publica federal. Dos princípios fundamentais. Do Planejamento, Do Orçamento-Programa E Da Programação Financeira. Da supervisão ministerial. Dos sistemas de atividades auxiliares. Da presidência da república. Dos ministérios e respectivas áreas de competência. Da segurança nacional. Das forças armadas. Das Normas De Administração Financeira E De Contabilidade. Das disposições referentes ao pessoal civil. Da reforma administrativa. Das

medidas especiais de coordenação. Das disposições gerais. Das disposições transitórias. Das disposições finais.

- 3) Deveres e poderes administrativos: natureza do poder administrativo; o uso e o abuso do poder, arbitrariedade, excesso de poder, desvio de finalidade, abuso de poder. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, disciplinar, regulamentar.
- 4) Serviços públicos: Lei 8.987/95. Das disposições preliminares. Do serviço adequado. Dos direitos e obrigações dos usuários. Da política tarifária. Da licitação. Do contrato de concessão. Dos encargos do poder concedente. Dos encargos da concessionária. Da intervenção. Da extinção da concessão. Das permissões. Disposições finais e transitórias. Natureza dos serviços no Estado Social versus Estado Neoliberal. Lei 9.074/95. Lei 9.648/98. Lei 9.791/99. Lei 11.196/2005. Lei 11.445/2007.
- 5) Atos administrativos: Conceito. Requisitos. Mérito do ato. Atributos: presunção de legitimidade, imperatividade, auto-executoriedade. Classificação: atos de império, atos de gestão, atos de expediente, atos vinculados e discricionários. Espécies de atos: atos normativos, atos ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos. Exteriorização dos atos administrativos. Teoria dos motivos determinantes. Invalidação: revogação, anulação.
- 6) Contratos Administrativos: Conceito, Objeto, características: formalismo, contrato de adesão, pessoalidade. Regime jurídico, espécies: de obra pública, de serviços, de fornecimento, de concessão e permissão. Convênios. Alteração unilateral: equilíbrio econômico financeiro. Fiscalização da execução. Aplicação direta das sanções. Exigência de garantia. Prazo de duração e prorrogação. Responsabilidade pela execução e respectivos encargos. Recebimento do objeto. Extinção. Teoria da imprevisão: causas que justificam a inexecução do contrato: caso fortuito e força maior, fato do príncipe, fato da administração.
- 7) Domínio público: Conceito, classificação e regime jurídico dos bens públicos. Aquisição, utilização e alienação. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e oneração. Aquisição pela Administração. Patrimônio histórico, artístico e cultural. Proteção ambiental: controle de poluição, preservação de recursos naturais, restauração dos elementos destruídos.
- 8) Intervenção na propriedade: Modalidades de intervenção, competências, procedimentos interventivos. Desapropriação, processo expropriatório, indenização, pagamento, desvio de finalidade, anulação da desapropriação, retrocessão, desistência. Servidão administrativa. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Tombamento.
- 9) Desapropriação. Conceito. Espécies. Competências. Requisitos constitucionais. Necessidade pública, utilidade pública e interesse social. Desapropriação para fins da reforma agrária;
- 10) Controle da Administração: administrativo: conceito, objetivo, instrumentos: direito de petição, pedido de reconsideração, reclamação administrativa, recurso administrativo, coisa julgada administrativa, legislativo: conceito, objetivo, meios: comissão parlamentar de inquérito, pedido de informação, convocação de autoridades, participação na função administrativa, função jurisdicional, fiscalização contábil, financeira e orçamentária, e judiciário: conceito, objetivo, extensão, fundamentos, instrumentos de controle jurisdicional: mandado de segurança, ação popular, habeas data, mandado de injunção, ação civil pública.
- 11) Improbidade Administrativa: Lei 8.429/1992. Base constitucional e regulamentação legal. Sujeitos ativos e sujeitos passivos. Atos de improbidade administrativa. Natureza das sanções cominadas e cumulação de instâncias. Sanções aplicáveis. Declaração de bens. Procedimentos administrativos. Ações judiciais. Juízo competente. Prescrição. Lei 9.366/96. Medida provisória 2.225-45/2001. Lei 11.107/2005. Lei 12.120/2009.
- 12) Licitação. Lei 8666/1993. Das Disposições Gerais. Da Licitação. Dos Contratos. Das Sanções Administrativas e Da Tutela Judicial. Dos Recursos Administrativos. Disposições Finais e Transitórias. Modalidades; procedimento licitatório (fases); dispensa

- e inexigibilidade, nulidade e revogação. Lei 10.520/2002. Lei 8.883/94. Lei 9.032/95. Lei 9.648/98. Lei 9.854/99. Lei 11.079/2004. Lei 11.196/2005. Lei 11.484/2007. Lei 11.783/2008. Lei 11.952/2009. Lei 12.188/2010. Lei 12.349/2010. Lei 12.440/2011.
- 13) Servidores Públicos: Lei 8.112/90. Das disposições preliminares. Do Provedimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição. Dos Direitos e Vantagens. Do regime disciplinar. Do processo administrativo disciplinar. Da seguridade social do servidor. Da Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público. Das disposições gerais. Das disposições transitórias e finais. Lei 8.270/91. Lei 8.216/91. Lei 8.745/93. Lei 9.515/97. Lei 9.527/97. Lei 9.624/98. Lei 11.784/2008. Emenda Constitucional 19/98. Decreto 3644/2000. Medida provisória 2.225-45/2001. Lei 10.470/2002. Lei 10.667/2003. Lei 11.094/2005. Lei 11.355/2006. Lei 11.314/2006. Lei 11.302/2006. Lei 11.490/2007. Lei 11.501/2007. Lei 6.691/2008. Lei 6.690/2008. Lei 11.907/2009. Lei 12.269/2010. Lei 12.300/2010. Lei 12.527/2011. Regime jurídico dos servidores civis e militares estaduais. Regime previdenciário.
- 14) Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do RS: Lei Complementar 10.098/94. Das disposições preliminares. Do provimento, promoção, vacância, remoção e redistribuição. Dos direitos e vantagens. Do regime disciplinar. Do processo administrativo disciplinar. Da previdência e assistência ao servidor. Da contratação temporária de excepcional interesse público. Das disposições gerais, transitórias e finais.
- 15) Responsabilidade civil do Estado: Conceito. Teorias. Evolução doutrinária e jurisprudencial. Reparação do dano e direito de regresso. Serviços concedidos. Falha na fiscalização. Código de Defesa do Consumidor. Constituição Federal de 1988. Indenização. Ação regressiva.
- 16) Responsabilidade administrativa: civil e penal do servidor público.
- 17) Administração ambiental. Competência ambiental da União e dos Estados. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Estudo e relatório de impacto ambiental. Licenciamento ambiental. Infrações administrativas ambientais; Reparação civil e dano ecológico. Poluição. Florestas. Fauna. Águas. Subsolo e espaço aéreo. Lei 6938/81. Lei 9.605/98. Decreto 6.514/98.
- 18) Direito Administrativo da Segurança Pública. Segurança pública no Estado Democrático de Direito.
- 19) Ordem pública e ordem social. Poder de polícia. Lei 4.898/65 Lei 7960/89. Sistema de Segurança Pública: órgãos policiais e competências constitucionais e administrativas.

Bibliografia

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo descomplicado**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2011.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Atlas. 2011.
- GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Saraiva. 2011.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 7. ed. São Paulo: Malheiros. 2011.
- MEDAUAR, Odete. **Concessão do Serviço Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. 37. ed. São Paulo: Malheiros. 2011.
- ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Estudo sobre Concessão e Permissão de Serviço Público no Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito Administrativo Regulatório**. São Paulo: Lumem, 2005.

DIREITO CIVIL

Programa

Fontes e aplicação da lei civil. Interpretação. Lei de introdução ao Código Civil. Relação jurídica. Conceito e elementos. Relação jurídica. Conceito e classificação. Pessoa natural e pessoa jurídica. Os bens como objeto da relação jurídica. Bens, patrimônio e esfera jurídica. Classificação. Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Atos jurídicos "stricto sensu" e negócio jurídico. Conceito e distinção. Existência, validade e eficácia. Fatos ilícitos. Exclusão da ilicitude. Exercício regular de direito, estado de necessidade e legítima defesa. Abuso de direito. Prescrição e decadência. Distinção. Posse. Conceito, classificação. Aquisição e perda. Efeitos da posse. Propriedade. Conceito, noções gerais. Função social da propriedade. Aquisição e perda. Restrições ao direito de propriedade. Direitos reais sobre a coisa alheia. Enfitese. Servidões. Usufruto. Penhor. Hipoteca. Direito real de uso. O Direito das Obrigações: princípios gerais. Obrigações: conceito, elementos e caracteres. Modalidades. Formação e adimplemento da obrigação. Plano do nascimento e de cumprimento da relação obrigacional. Consequências da inexecução. Liquidação das obrigações. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Contratos. Noções gerais. Conceito e classificação. Contratos em espécie. Responsabilidade civil. Conceito, fundamentos e pressupostos. Espécies e efeitos da responsabilidade civil. Sucessão legítima e testamentária. Noções gerais. Direito de Empresa. Função Social da Empresa.

Bibliografia

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. Teoria geral do direito civil. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1.

_____. **Teoria geral das obrigações**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 2.

_____. **Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 3.

_____. **Direito das coisas**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 4.

_____. **Direito das sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 6.

_____. **Responsabilidade civil**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 7.

GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TEPEDINO, Gustavo. **Parte Geral do Novo Código Civil**. 1. ed. Renovar, 2002.

VENOSA, Sílvio de Sálvio. **Direito Civil**. 3. ed. Atlas, 2003.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA**Programa e Bibliografia**

Do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

Parte Geral:

- Das disposições preliminares (Título I);
- Dos Direitos Fundamentais (Título II);
- Da prevenção (Título III).

Parte Especial:

- Da prática de ato infracional (Título III);
- Do Conselho Tutelar (Título V);
- Do Acesso à Justiça (Título VI);
- Dos crimes e das infrações administrativas (Título VII).

LEGISLAÇÃO APLICADA A FUNÇÃO**Programa e Bibliografia**

LEI COMPLEMENTAR Nº 10.990, de 18 de agosto de 1997 e suas alterações. Estatuto dos Servidores Militares.

LEI ORDINÁRIA Nº 10.991, de 18 de agosto de 1997. Lei de Organização Básica da Brigada Militar.

LEI COMPLEMENTAR Nº 10.992/97, de 18 de agosto de 1997. Plano de Carreira dos Servidores Militares.

DECRETO Nº 43.245, de 19 de julho de 2004. Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS

Programa

- 1) Direito Internacional Público. Fundamento. Conceito. Fontes. Princípios.
- 2) Estado. Conceito. Elementos constitutivos. Formação. Classificação. Reconhecimento na Ordem Internacional. Território. Povo. Nação. Pátria. Governo. Direitos e deveres na órbita internacional. Responsabilidade internacional. Sanções.
- 3) Guerra. Conceito. Declaração. Término. Crimes de Guerra. Guerra e direitos fundamentais. Neutralidade. Terrorismo.
- 4) Domínio público internacional. Mar. Águas interiores. Mar territorial. Zona contígua. Zona econômica. Plataforma continental. Lei n.º 8.617/93. Alto-mar. Rios internacionais. Espaço aéreo. Princípios elementares. Normas convencionais. Nacionalidade das aeronaves.
- 5) Personalidade internacional. Estado, Bloco Regional e Organizações internacionais. Conceito. Natureza jurídica. Elementos caracterizadores. Espécies. População.
- 6) Imunidade à jurisdição estatal. Consulados e embaixadas. Agentes diplomáticos. Cônsules. Funcionários de Embaixadas e de Consulados. Convenção de Viena sobre relações diplomáticas (1961). Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963).
- 7) Nacionalidade. Fundamento jurídico. Teorias. Princípios. Espécies. Normas. Conceito. Aquisição. Nacionalidade e cidadania. Reciprocidade e controle jurisdicional. Nacionalidade brasileira. Estrangeiro. Conceito. Ingresso no território nacional. Vistos. Deportação. Expulsão. Extradicação. Asilo. Refúgio. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei n.º 6.815/80.
- 8) Organização das Nações Unidas – ONU. História. Natureza. Propósitos e finalidades. Princípios. Membros. Órgãos e organismos especializados. Carta da ONU.
- 9) Organização dos Estados Americanos – OEA. História. Natureza. Propósitos e finalidades. Princípios. Membros. Carta da OEA.
- 10) Direito dos Tratados. Convenções de Viena (1969 e 1986). Tratado, Convenção, Pacto, Acordo, Carta, Protocolo, Declaração, Estatuto, Código. Conceito. Reservas. Emendas. Validade. Invalidade. Efeitos. Ratificação. Promulgação. Registro. Publicidade. Vigência. Eficácia. Interpretação. Incorporação ao Direito Interno. Violação. Conflito com normas de Direito Interno. Extinção.
- 11) Direitos Humanos. Conceitos. Dimensões ou gerações. Direito Positivo e Direito Natural. Histórico. Documentos internacionais históricos. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Constituição da República Federativa do Brasil.
- 12) Tratados sobre Direitos Humanos. Posição no Ordenamento Jurídico brasileiro. Teorias. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- 13) Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. A ONU e seus órgãos de proteção aos Direitos Humanos. Carta da ONU. Comitê de Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Mecanismos de implementação. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulher. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial. Convenção sobre os Direitos da Criança.
- 14) OEA e proteção aos direitos humanos. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948). Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) – Pacto de San Jose da Costa Rica. Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (1998) – Protocolo de San Salvador.
- 15) Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Competência e Estrutura. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Estrutura, funcionamento, competência contenciosa e competência consultiva, efeitos dos julgados. Decisões e Opiniões Consultivas. Casos envolvendo o Brasil.
- 16) Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994) – Convenção de Belém do Pará.
- 17) Protocolo à Convenção Americana sobre a Abolição da Pena de Morte.
- 18) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.
- 19) Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores.
- 20) Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (1999) – Convenção da Guatemala.
- 21) Uso de algemas. Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal. Histórico. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Legislação aplicável.
- 22) Abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65).
- 23) Tortura (Lei n.º 9.455/97).

Bibliografia

- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- DALLARI, Dalmo de Abreu Dallari. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. São Paulo: RT, 2011.
- REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. 13. ed. rev., aumen. e atual., São Paulo: Saraiva, 2011.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2011.

DIREITO PENAL MILITAR **Programa**

- 1) Crime Militar.
- 2) Princípios Gerais do Direito Penal Militar.
- 3) Excludentes de antijuridicidade.
- 4) Imputabilidade penal, Concurso de pessoas e Concurso de crimes.
- 5) Espécies de pena.
- 6) Institutos da suspensão condicional da pena e livramento condicional.
- 7) Medidas de segurança.
- 8) Ação penal nos casos de crime Militar.
- 9) Aspectos contemporâneos da legislação penal Militar.
- 10) Crimes contra a autoridade ou disciplina Militar.
- 11) Crimes contra o serviço Militar e o dever Militar.
- 12) Crimes contra a pessoa.
- 13) Crimes contra o patrimônio.
- 14) Crimes contra a incolumidade pública.
- 15) Crimes contra a Administração Milita.

Bibliografia

Constituição Federal

Constituição Estadual

Jurisprudência do STF, atualizada até a data de publicação deste Edital

Jurisprudência do STJ, atualizada até a data de publicação deste Edital

Decreto-Lei nº 1001, de 21/10/1969 - Código Penal Militar

Lei Estadual nº 7.356/80 (COJE/RS)

BADARÓ, Ramagem. **Comentários ao Código Penal Militar de 1969**. São Paulo: Juriscredi, 1972. Vol. I, Vol. II.

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao Código Penal Militar**. 7. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

COSTA, Álvaro Mayrink. **Crime Militar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005.

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. **Direito Penal Militar**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

LOBÃO, Célio. **Direito Penal Militar**. 3. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Direito Penal Militar**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROMEIRO, Jorge Alberto. **Curso de Direito Penal Militar** (Parte Geral). São Paulo: Saraiva, 1994.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Código Penal Militar Comentado**. Belo Horizonte: Líder, 2009.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Programa

- 1) Princípios do Direito Processual Militar
- 2) Da ação Penal Militar
- 3) Foro Militar e Competência
- 4) Do Inquérito Policial Militar
- 5) Das Testemunhas
- 6) Da busca e apreensão
- 7) Da Prisão
- 8) Da Prisão em flagrante
- 9) Do Processo Ordinário
- 10) Do Processo Especial (Do Processo de Deserção)

Bibliografia

Constituição Federal

Constituição Estadual

Jurisprudência do STF, atualizada até a data de publicação deste Edital.

Jurisprudência do STJ, atualizada até a data de publicação deste Edital.

Decreto-Lei nº 1002, de 21/10/1969 - Código Penal Militar

Lei Estadual nº 7.356/80 (COJE/RS)

ASSIS, Jorge César de. **Código de Processo Penal Militar Anotado**. Curitiba: Juruá, 2005-2008. Vol. I, Vol. II.

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. **Direito Processual Penal Militar**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

LOBÃO, Célso. **Direito Processual Penal Militar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Processo Penal Militar**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIGUEL, Cláudio Amin; COLDIBELLI, Nelson. **Elementos de Direito Processual Penal Militar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.

2. PROVA DISCURSIVA

Os programas e bibliografias da Prova Discursiva são os mesmos daqueles indicados para a 1ª Etapa – Prova Objetiva.

ANEXO “IV”- Retificado

PROVA ORAL

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Programa

- 1) Da norma processual penal: conceito e conteúdo; espécie, fontes.
- 2) Processo e procedimento: relação processual; sujeitos processuais (juiz, partes, réu ou acusado, ofendido, Ministério Público, assistente).
- 3) Da polícia judiciária: funções, inquérito policial, autoridades policiais e seus agentes, desenvolvimento do Inquérito policial.
- 4) Da ação penal: conceituação, classificação penal, condições, decadência, prescrição, preclusão, renúncia, perda e perempção; da ação penal pública; da ação penal privada; da ação penal subsidiária da pública; da extinção da ação penal.
- 5) Da competência.
- 6) Da restituição das coisas apreendidas.
- 7) Das medidas assecuratórias.
- 8) Do incidente de insanidade mental do acusado.
- 9) Da citação, notificação e intimação.
- 10) Da prova: conceito, finalidade e obrigatoriedade; do exame de corpo de delito e perícias em geral; do interrogatório do acusado e da confissão; do ofendido; da testemunha; do reconhecimento; da acareação; dos documentos; da busca e apreensão.
- 11) Da prisão: conceituação; ordem escrita e seus requisitos; local de prisão e perseguição. prisão especial; prisão em flagrante delito; prisão preventiva.
- 12) Da liberdade provisória, com ou sem fiança.
- 13) Da sentença.
- 14) Do processo de competência do júri.
- 15) Do processo sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
- 16) Do “habeas corpus”.
- 17) Da legislação especial: do abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65); da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006); da prisão temporária (Lei nº 7.960/89); Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95); Lei nº 9.299/96; Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97 - cap. XIX), Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

Bibliografia

- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. Saraiva, 2011.
- DUCLERC, Elmir. **Direito Processual Penal** – 3. ed. - Atualizado Conforme a Lei nº 12.403/2011. Lumen Juris, 2011
- LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. Lumen Juris 2011. vols. 1 e 2
- LOPES JÚNIOR, Aury. **Novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares**. Lumen Juris 2011
- RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. ed. rev., ampl e atual. Lumen Júris, 2011.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Saraiva, 2011. v. 1;2;3 e 4.
- THUMS, Gilberto; PACHECO, Vilmar. **Nova lei de drogas**. Verbo Jurídico, 2011

DIREITO CONSTITUCIONAL

Programa

- 18) Constituição e Direito Constitucional. Noções gerais. Classificação das Constituições. Hermenêutica constitucional.
- 19) Poder constituinte. O poder estatal e o poder constituinte. Espécies: poder originário e derivado. Controle de constitucionalidade das leis e das omissões legislativas: Difuso e concentrado. Inconstitucionalidades. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.
- 20) Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. Direitos humanos fundamentais. Noção de direitos humanos, origem e evolução. A constitucionalização do direito internacional dos direitos humanos. Direitos individuais, econômicos e sociais, direito de solidariedade.
- 21) Garantias e remédios constitucionais. Direito de petição, direito de certidões, “habeas corpus”, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, ação popular “habeas data” e “habeas corpus”. A Lei n.º 12.016/2009. Liminares e legislação extravagante.
- 22) Direitos individuais, políticos, econômicos e sociais, direito de solidariedade. Nacionalidade e cidadania. Nacionalidade e cidadania.
- 23) Estado federal: União, Estados-membros Distrito Federal e Municípios. Intervenção. Administração Pública: Servidores Públicos.
- 24) Repartição de competências legislativas; intervenções.
- 25) Governo representativo. Sistema presidencial e parlamentar.
- 26) O legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Revisão e reforma constitucional. Limites à mutação constitucional. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Deputados e Senadores: Comissões. Processo legislativo: emenda à Constituição, leis. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- 27) O executivo: atribuições e responsabilidade política. Presidente e Vice-Presidente da República: atribuições, responsabilidade. Ministros de Estado.
- 28) O judiciário: órgãos, garantias e competências. Funções essenciais à justiça: Ministério Público. Advocacia e Defensoria Pública. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais.

Bibliografia

- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- CARNEIRO, Cláudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SILVA, José Affonso da Silva. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Programa

- 29) Princípios do Direito Processual Militar
- 30) Da ação Penal Militar
- 31) Foro Militar e Competência
- 32) Do Inquérito Policial Militar
- 33) Das Testemunhas
- 34) Da busca e apreensão
- 35) Da Prisão

- 36) Da Prisão em flagrante
- 37) Do Processo Ordinário
- 38) Do Processo Especial (Do Processo de Deserção)

Bibliografia

Constituição Federal

Constituição Estadual

Jurisprudência do STF, atualizada até a data de publicação deste Edital.

Jurisprudência do STJ, atualizada até a data de publicação deste Edital.

Decreto-Lei nº 1002, de 21/10/1969 - Código Penal Militar

Lei Estadual nº 7.356/80 (COJE/RS)

ASSIS, Jorge César de. **Código de Processo Penal Militar Anotado**. Vol. I, Vol.II. Curitiba. Juruá. 2005-2008.

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. **Direito Processual Penal Militar**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

LOBÃO, Célio. **Direito Processual Penal Militar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Processo Penal Militar**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIGUEL, Cláudio Amin; COLDIBELLI, Nelson. **Elementos de Direito Processual Penal Militar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008.